



**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABORAI

**AUTOS: 0003791-34.2022.8.19.0023**

Flávio Tiago Seixas Guimarães, economista, Corecon nº23319-6, perito judicial nomeado por V.Exa. para trabalhos econômico-financeiros nos autos do Processo nº **0003791-34.2022.8.19.0023**, vem respeitosamente:

- 1- Apresentar a V. Excia. o presente laudo pericial em 21 (vinte e uma) páginas escritas, incluindo esta;
- 2- Em virtude da entrega do laudo pericial em anexo, solicitar o alvará de recebimento, referente aos honorários profissionais. Como o solicitante da perícia faz parte da justiça gratuita, e de acordo com a Resolução do Conselho da Magistratura nº2/2018, venho requisitar o pagamento da remuneração básica, a título de ajuda de custo.

Termos em que espera deferimento

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023

---

Flávio Tiago Seixas Guimarães  
Perito Econômico-Financeiro  
Corecon nº23319-6

Cel: (21)991937044  
ftsguimaraes@uol.com.br

1



**LAUDO PERICIAL JUDICIAL Nº19/23  
PERÍCIA ECONÔMICA-FINANCEIRA**

O Perito Sr. Flávio Tiago Seixas Guimarães, matrícula nº23319-6 do CORECON, foi nomeado pelo EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABORAI, para desempenhar as suas funções com honestidade, lealdade e disciplina, visando esclarecer dúvidas referentes aos autos da ação judicial nº **0003791-34.2022.8.19.0023**

**I – HISTÓRICO**

O Perito acima designado consultou os autos da ação judicial nº **0003791-34.2022.8.19.0023** para a realização da perícia.

**II – CARACTERÍSTICAS DA PERÍCIA**

Perícia econômica-financeira para analisar o contrato de empréstimo do autor LETICIA VIEIRA GOMES com o réu BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. Serão analisados os documentos anexados no processo e as declarações das partes.

**III – DOCUMENTOS**

Foram utilizados todos os documentos anexados no referido processo, tanto da parte Autora quanto do Réu, bem como consultas ao site do Banco Central do Brasil.

**IV- EQUIPAMENTOS UTILIZADOS**

Foram utilizados durante a perícia: software Microsoft Excel, calculadora HP12-C.

**V – EXAMES**

Em 6 de outubro de 2020 o autor assinou contrato de confissão de dívida para refinanceir o empréstimo pessoal para aquisição do veículo de número 4684363:

Valor total financiado: R\$23.825,00  
Prazo: 36 meses  
Data da primeira parcela: 06/11/2020  
Taxa de juros prefixada: 1,00% ao mês  
Valor da prestação: R\$793,23  
Tarifas bancárias: R\$0,00



## Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista

### V.1 – Taxa de juros

A taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) é um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelos bancos no Brasil se balizam. A taxa é uma ferramenta de política monetária utilizada pelo Banco Central do Brasil para atingir a meta das taxas de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom)

O Comitê de Política Monetária (Copom) foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. Formalmente, os objetivos do Copom são: "implementar a política monetária, definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés, e analisar o Relatório de Inflação". A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a Taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés, que é a prerrogativa dada ao presidente do Banco Central para alterar, na direção do viés, a meta para a Taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias.

Portanto o Banco Central do Brasil define uma meta para a taxa de juros, onde os financiamentos concedidos pelas instituições financeiras giram em torno dela. O Banco Central faz uma pesquisa mensal da taxa média de juros das operações de crédito pessoal para aquisição de veículo. Como o próprio nome diz, é uma taxa média de mercado, onde existem taxas mais altas e taxas mais baixas, matematicamente falando:

$$\frac{\sum \text{taxas de juros}}{\text{quantidade de observações}}$$

O empréstimo foi contraído em outubro de 2020 e se enquadra numa operação de crédito pessoal para aquisição de veículo, e para tal a pesquisa do Banco Central do Brasil apontou uma taxa média de juros de 1,45% ao mês. O Anexo 3 deste laudo contém a taxa média de juros entre janeiro de 2020 e dezembro de 2020.

### V.2 – Taxa pactuada no contrato

Alguns fatores, tais como a finalidade de utilização do crédito, o risco, a capacidade de pagamento do tomador, dentre outros, são condicionantes para determinar a taxa de juros pactuada num contrato. Portanto a taxa negociada num contrato não será igual em todas as instituições financeiras, nem na mesma instituição. Ou seja, cada indivíduo terá seu crédito avaliado e sua taxa de juros de contrato negociada individualmente.

A taxa de juros pactuada no contrato foi de 1,00% ao mês e estava abaixo da taxa média do mercado, e em conformidade com as regras do Banco Central do Brasil.

A razão entre a taxa do contrato e a taxa média do mercado é de  $0,69 \cdot \frac{1,00\%}{1,45\%} = 0,69$



## Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista

### V.3- Anatocismo

Anatocismo, conforme o notório dicionário Aurélio, é a “*capitalização dos juros de uma importância emprestada*”<sup>1</sup>.

Anatocismo, conforme o Direito, significa: “(…) *a contagem ou cobrança de juros sobre juros*”<sup>2</sup>.

O anatocismo acontece quando os juros cobrados servem de base de cálculo para o cálculo dos juros do período seguinte, ou seja, cobrar juros dos juros.

Vale ainda esclarecer que capitalização não é sinônimo de juros compostos. Logo, pode agregar-se ao capital capitalizando juros de forma simples ou composta.

### V.4- Tabela Price

O denominado sistema Price propõe-se a determinar o valor de uma prestação constante, ou seja, igual, para cada um dos pagamentos em cada vencimento, composta de juros e amortizações (devolução do capital).

Os contratos presentes no processo utilizam a tabela price para séries não periódicas, ou seja, os vencimentos das prestações não têm 30 dias entre eles, mas sim a quantidade real de dias. Por exemplo, entre o dia 02/09 e 02/10 existem 31 dias, já entre o dia 02/02 e 03/03 podem ter 28 ou 29 dias, dependendo do ano. O cálculo da prestação é obtido através da fórmula abaixo.

$$PMT = PV \times \frac{1}{\frac{1}{(1+i)} + \frac{1}{(1+i)^2} + \dots + \frac{1}{(1+i)^n}}$$

Onde:

PMT = Valor da prestação

PV = Valor Presente (Capital emprestado)

i = taxa de juros

n = período

Um sistema de amortização possui duas regras básicas:

- Cada prestação é composta por duas parcelas – amortização do principal e pagamento de juros - Prestação = Amortização + Juros = AM + J;
- O valor dos juros de cada prestação é calculado sobre o saldo devedor aplicando uma determinada taxa pactuada no contrato.

*taxa de juros x saldo devedor do período anterior = parcela de juros do período atual*

Analisando a segunda regra temos:

- No pagamento de cada prestação o devedor paga a parcela de juros integrais sobre o saldo devedor (J) e a parcela de amortização (AM);

<sup>1</sup> Dicionário Aurélio Eletrônico, Nova Fronteira, 1999

<sup>2</sup> DE PLÁCIDO E SILVA, Vocabulário Jurídico, 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1984



## Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista

- 2) Após o pagamento da prestação o saldo devedor refere-se somente a parte do capital que ainda não foi amortizado, sem acúmulo de juros;
- 3) Em cada data de pagamento o valor da prestação deve ser maior que a de juros (J)

Portanto, juros só podem ser pagos quando são contabilizados, e para isso adquirem o status de parcela para ser paga na prestação. Logo a contabilização e o pagamento mensal dos juros impedem a ocorrência da cobrança dos juros contados a partir dos juros vencidos. Para evitar que os juros se tornem vencidos, estes são cobrados mensalmente considerando o saldo devedor.

Na planilha de amortização cada prestação é tida como elemento separado, como se tivesse autonomia e vida própria em relação ao montante. Os juros não incidem sobre os juros de outras parcelas porque, observadas em separado, cada prestação é única.

A Tabela Price primeiro quita os juros e por esse simples motivo eles não se acumulam; não se acumulando não são somados na base de cálculo dos juros do período seguinte. Como na Tabela Price eles são pagos então, não são capitalizados e, portanto, não acontece o anatocismo.

### V.5 – Contrato entre o Autor e Réu

A seguir (tabela 1) descreve, entre juros (J) e amortização do principal (AM), as dez (10) primeiras prestações e o Anexo 4 apresenta todas as prestações do contrato.

Tabela 1: Descrição das prestações do contrato

Nº	Data	Dias	Prestação	Juros	Amortização	Saldo Devedor
0	06/10/2020					R\$ 23.825,00
1	06/11/2020	31	R\$ 793,23	R\$ 246,23	R\$ 547,00	R\$ 23.278,00
2	06/12/2020	30	R\$ 793,23	R\$ 232,78	R\$ 560,45	R\$ 22.717,56
3	06/01/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 234,79	R\$ 558,44	R\$ 22.159,11
4	06/02/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 229,02	R\$ 564,21	R\$ 21.594,90
5	06/03/2021	28	R\$ 793,23	R\$ 201,49	R\$ 591,74	R\$ 21.003,16
6	06/04/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 217,07	R\$ 576,16	R\$ 20.427,00
7	06/05/2021	30	R\$ 793,23	R\$ 204,27	R\$ 588,96	R\$ 19.838,04
8	06/06/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 205,03	R\$ 588,20	R\$ 19.249,84
9	06/07/2021	30	R\$ 793,23	R\$ 192,50	R\$ 600,73	R\$ 18.649,10
10	06/08/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 192,74	R\$ 600,49	R\$ 18.048,61

Verifica-se que:

- a) O débito de juros é feito na data do vencimento de cada prestação (incide a taxa de juros sobre o saldo devedor anterior) através do destaque da parcela a ele destinado. Do total da prestação a diferença (prestação menos juros) destina-se à amortização do principal;

Cel: (21)991937044  
ftsguimaraes@uol.com.br



## Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista

- b) A parcela de juros é a multiplicação da taxa de juros pactuada no contrato pelo saldo devedor do período anterior;
- c) Os juros são decrescentes, o que não ocorreria se houvesse capitalização, quando eles seriam crescentes; (Anexo 5)
- d) As amortizações são crescentes; (Anexo 5)
- e) Os saldos devedores são decrescentes, o que demonstra que os juros não são capitalizados. (Anexo 6)

Exemplificando, a primeira prestação tem o valor de R\$793,23, onde R\$246,23 seria pago a título de juros e R\$547,00 a título de amortização. O novo saldo devedor seria o saldo devedor do período anterior menos o valor da amortização, logo R\$23.825,00 menos R\$547,00, resultando em R\$23.278,00.

$$23.825,00 - 547,00 = 23.278,00$$

Não foi constatada nenhuma irregularidade com a aplicação da taxa ou na forma de amortização.

### V.5.1.a – Pagamentos efetuados pelo autor

Segundo os documentos presentes no processo (folha 32), o autor realizou o pagamento das 14 primeiras prestações integralmente, totalizando R\$11.105,22. Ainda restam 22 prestações a pagar, sendo que 15 estavam inadimplentes e as outras 7 ainda não venceram até a data desta perícia (20/03/23).

### V.6 – Cláusulas de inadimplência

A cláusula Oitava do contrato em análise (folha 91) apresenta os encargos em caso de inadimplência e estão descritos na figura abaixo

**Cláusula Oitava:** Caso o CREDOR concorde em receber qualquer quantia em atraso, o fato será havido como mera tolerância, não importando em alteração do presente instrumento, aplicando-se, sobre a quantia devida e não paga, juros de mora no valor de 1% (um por cento) ao mês ou fração, juros remuneratórios às taxas de mercado vigente entre a data do vencimento até a data do efetivo pagamento e multa de 2% (dois por cento), sobre o montante apurado, mais impostos que incidam ou venham a incidir sobre a operação contratada;

Segundo esse documento em caso de inadimplência acarretará cobrança de juros remuneratórios de 1,0% ao mês, juros moratórios de 1,0% ao mês e multa de 2% em cada prestação atrasada.

#### V.6.1 – Cálculo das prestações inadimplentes

Como o autor está inadimplente a entre a prestação de número 15 e 29, ou seja, em 15 prestações e aplicando os encargos de inadimplência nessas prestações, o saldo devedor seria de R\$13.918,93, sendo R\$11.898,45 de principal, R\$891,26 a título de juros remuneratórios para prestações em atraso, R\$891,26 a título de juros moratórios e R\$237,97 a título de multa. O cálculo foi realizado no dia 20/03/2023 e a memória está presente no anexo 7 deste laudo.



## **VI – CONCLUSÃO**

Após a análise dos contratos conclui-se que a metodologia utilizada para calcular as prestações, juros e amortizações foi a da tabela Price para séries não periódicas.

A Tabela Price primeiro quita os juros e por esse simples motivo eles não se acumulam; não se acumulando não são somados na base de cálculo dos juros do período seguinte. Como na Tabela Price eles são pagos então, não são capitalizados e, portanto, não acontece o anatocismo.

O contrato foi firmado em outubro de 2020 e se enquadra num contrato de crédito pessoal para aquisição de veículo. A taxa de juros pactuada nesse contrato foi de 1,0% ao mês. Esta taxa estava abaixo da taxa média do mercado no momento da assinatura do contrato, que foi de 1,45% ao mês em outubro de 2020 (anexo 3), e de acordo com a regulamentação do Banco Central.

A razão entre a taxa do contrato e a taxa média do mercado é de 0,69.  $\frac{1,00\%}{1,45\%} = 0,69$

O valor total financiado no contrato foi de R\$23.825,00 (vinte e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta), divididos em 36 prestações mensais de R\$793,23 com a primeira vencendo em 06/11/2020. A tabela de amortização está presente no Anexo 4 desse laudo.

Não foi constatada nenhuma irregularidade com a aplicação da taxa ou na forma de amortização.

Segundo os documentos presentes no processo (folha 32), o autor pagou as 14 primeiras prestações, totalizando R\$11.105,22. Ainda restam 22 prestações a pagar, sendo que 15 estavam inadimplentes e as outras 7 ainda não venceram até a data desta perícia (20/03/23).

A cláusula Oitava do contrato (folha 91) prevê a cobrança de encargos em caso de inadimplência, sendo juros remuneratórios do contrato (1,0% ao mês), juros moratórios de 1,0% ao mês e multa de 2%.

Aplicando os encargos de inadimplência a entre a prestação de número 15 e 29, ou seja, em 15 prestações, o saldo devedor das prestações em atraso seria de R\$13.918,93. O cálculo foi realizado no dia 20/03/2022 e a memória está presente no anexo 7 deste laudo.

O autor ainda tem prestações a vencer e poderá efetuar o pagamento mensal da prestação no valor de R\$793,23 a partir do próximo vencimento (06/04/2023).

Para quitar o contrato de imediato, além de pagar as prestações em atraso acrescidas dos encargos, deverá desembolsar o valor de R\$5.332,76 referente ao saldo devedor



**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

do contrato na 29ª prestação (linha 29 do anexo 4). Logo para quitar o contrato o autor deverá pagar R\$19.251,69.

$$13.918,93 + 5.332,76 = 19.251,69$$

Flávio Tiago Seixas Guimarães  
Perito Econômico-Financeiro  
Corecon nº23319-6



**ANEXO 1**  
**QUESITO DO AUTOR (FOLHA 16)**

1) Qual o sistema de amortização utilizado pelo Banco?

**RESPOSTA:** *O sistema de amortização foi a Tabela Price.*

2) Informe o I. Perito qual a taxa mensal e anual pactuada em contrato?

**RESPOSTA:** *1,0% ao mês. A taxa anual não foi informada no contrato, entretanto através da matemática financeira a taxa anual é de 12,68% ao ano.*

3) Se é compatível o valor de taxa de juros mensal com o valor anual?

**RESPOSTA:** *Sim.*

4) A taxa de juros mensal cobrada é compatível com a regulação atual e com o equivalente a taxa anual? E se há compatibilidade com a fórmula matemática aplicada.

**RESPOSTA:** *Sim.*

5) O valor do CET mensal é compatível com a regulação atual e com o equivalente ao CET anual? E se há compatibilidade com a fórmula matemática aplicada.

**RESPOSTA:** *Sim.*

6) Qual o real valor a ser cobrado de IOF? E se é devido a cobrança do IOF adicional com o referido valor.

**RESPOSTA:** *O valor do IOF não foi informado no contrato.*

7) É possível a aplicação de juros remuneratórios no contrato de arrendamento mercantil?

**RESPOSTA:** *O contrato em questão é uma cédula de crédito bancário.*

8) Qual o Sistema de juros utilizado pelo Banco? E se aplica juros acima do devido. Se a fórmula utilizada de cobrança é compatível com o valor estabelecido

**RESPOSTA:** *O sistema de amortização foi a Tabela Price. Não foi constatada nenhuma irregularidade com a aplicação da taxa ou na forma de amortização.*



**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

9) O Réu capitalizou mensalmente os juros contratuais (anatocismo)?

**RESPOSTA:** Não. A Tabela Price primeiro quita os juros e por esse simples motivo eles não se acumulam; não se acumulando não são somados na base de cálculo dos juros do período seguinte. Como na Tabela Price eles são pagos então, não são capitalizados e, portanto, não acontece o anatocismo.

10) Se positiva a resposta, qual deveria ser o valor das prestações sem a capitalização?

**RESPOSTA:** A resposta foi negativa.

11) Se positiva a resposta, qual deveria ser o valor das prestações com juros simples sem a capitalização mensal?

**RESPOSTA:** A resposta foi negativa.

12) Nas faturas existem cobranças de tarifa bancária? Qual o valor cobrado?

**RESPOSTA:** Não.

13) Houve cumulação de comissão de permanência com correção monetária?

**RESPOSTA:** O contrato não prevê cobrança de comissão de permanência nem de correção monetária.

14) Qual o índice aplicado na comissão de permanência?

**RESPOSTA:** O contrato não prevê cobrança de comissão de permanência.

15) Houve aplicação de comissão de permanência com juros remuneratórios?

**RESPOSTA:** O contrato não prevê cobrança de comissão de permanência.

16) As cláusulas do contrato preveem a cumulação de comissão de permanência, multa e juros moratórios no mesmo período? Este fato já ocorreu no presente caso?

**RESPOSTA:** O contrato não prevê cobrança de comissão de permanência.

17) Houve cumulação de comissão de permanência com juros moratórios e multa ou existe alguma cláusula que faça essa previsão?

**RESPOSTA:** O contrato não prevê cobrança de comissão de permanência.

18) Qual o montante cobrado pelo réu, individualmente, a título de comissão de permanência, juros moratórios e multa?

**RESPOSTA:** Os encargos de inadimplência estão descritos no anexo 7.



## Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista



19) Respondido todos os quesitos acima, queira o I. Perito informar qual o montante a ser pago pelo autor e se há crédito ou débito em favor do mesmo.

**RESPOSTA:** *Aplicando os encargos de inadimplência a entre a prestação de número 15 e 29, ou seja, em 15 prestações, o saldo devedor das prestações em atraso seria de R\$13.918,93 (anexo 7).*

*O autor ainda tem prestações a vencer e poderá efetuar o pagamento mensal da prestação no valor de R\$793,23 a partir do próximo vencimento (06/04/2023).*

*Para quitar o contrato de imediato, além de pagar as prestações em atraso acrescidas dos encargos, deverá desembolsar o valor de R\$5.332,76 referente ao saldo devedor do contrato na 29ª prestação (linha 29 do anexo 4). Logo para quitar o contrato o autor deverá pagar R\$19.251,69.*

20) Que o I. Perito informe o que achar necessário.



**ANEXO 2**  
**QUESITO DO RÉU (FOLHA 248)**

- 1) Qual o contrato objeto da lide? Pede-se à Perícia informar os principais itens, especificando sua modalidade, inclusive o prazo contratual (nº de dias) entre a pactuação e o último vencimento.

**RESPOSTA:** *Instrumento particular de confissão de dívida, ou seja, uma renegociação do contrato 4684363 que era uma cédula de crédito bancário para aquisição de veículo. O contrato em lide financiou o montante de R\$23.825,00 a uma taxa de 1% ao mês durante 36 meses com o valor de R\$793,23 nas prestações. A primeira prestação foi em 06/11/2020 e a última prevista para 06/10/2023.*

- 2) Pede-se à Perícia Judicial efetuar evolução do contrato nos exatos termos formalmente pactuados, sem critérios ou parâmetros alternativos, considerando a taxa efetiva anual aplicada pelo prazo descrito no quesito nº1.

**RESPOSTA:** *A tabela de amortização está presente no anexo 4.*

- 3) Qual o valor financiado considerado pela Perícia? Pede-se demonstrar e justificar sua composição.

**RESPOSTA:** *R\$23.825,00.*

- 4) O Requerente cumpriu a obrigação contratual pactuada, qual seja ao pagamento de todas as parcelas devidas? Pede-se demonstrar, inclusive, havendo dúvida, diligenciar o Requerente e obter os comprovantes de pagamento que efetuou.

**RESPOSTA:** *Segundo o documento da folha 32 o autor pagou as 14 primeiras prestações, estando inadimplente nas 15 prestações seguintes e restam 7 que ainda não venceram no momento dessa perícia (20/03/2023).*

- 5) Qual a taxa pactuada e praticada no contrato objeto da perícia?

**RESPOSTA:** *1,0 % ao mês.*

- 6) Há no contrato previsão da taxa de juros anual superior a 12 vezes (duodécuplo) da taxa mensal? O Poder Judiciário já se manifestou quanto a cobrança da taxa de juros efetiva contratada? Em caso positivo, em qual sentido?

**RESPOSTA:** *Não foi encontrada a taxa anual no contrato.*



**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

- 7) Pede-se à Perícia Judicial esclarecer qual a hipótese de incidência, fato gerador, contribuinte do tributo IOF?

**RESPOSTA:** *O fato gerador do IOF é o financiamento.*

- 8) O IOF é tributo devido pelo tomador do crédito, no caso a Requerente que é a contribuinte? Referido tributo e o alegado seguro que contratou foram pagos à parte? Pede-se demonstrar e fundamentar a resposta.

**RESPOSTA:** *O IOF é tributo devido pelo tomador de crédito. Não estão discriminados o IOF e o seguro no contrato em questão.*

- 9) Sendo eventualmente aplicado o autodenominado “método de Gauss” a Requerente em sua petição inicial, pede-se à Perícia Judicial descrever em detalhe e objetivamente como é obtida a remuneração mensal do capital emprestado, incluída na prestação. Ainda, importante, esclarecer como é obtida a parcela de amortização mensal.

**RESPOSTA:** *A tabela de amortização utilizando o método de Gauss está presente no anexo 8. A prestação mensal no método de Gauss é obtida pela seguinte fórmula:*

$$Pmf = \frac{PV \cdot [1 + i \cdot n]}{\left[1 + \frac{(n-1) \times i}{2}\right] + n}$$

- 10) Confirme se os juros são obtidos de uma média ponderada, que distorce e “ilude” leigos como se juro linear fosse.

**RESPOSTA:** *Sim, o método de Gauss é conhecido também pelo nome Método Linear Ponderado.*

- 11) Objetivamente e sem considerações particulares, responda a Perícia Judicial se nesta metodologia alternativa a taxa de juros mensal contratada é aplicada sobre o saldo devedor do capital mutuado e sem juros como em qualquer negócio. Sendo positivo, pede-se demonstrar.

**RESPOSTA:** *Não.*

- 12) Considerando a taxa de juros negociada e o prazo do contrato, esclareça a Perícia Judicial se o método de Gauss remunera o capital tal qual foi pactuado. Para se obter o mesmo retorno do capital, de acordo com o mercado financeiro, pelo método de Gauss, seria necessário elevar (renegociar) a taxa de juros? Qual a taxa de juros deveria o Banco Requerido ter negociado com a Requerente para obter a mesma remuneração esperada, caso se aplique o método de Gauss?

**RESPOSTA:** *Nesse caso seria necessário elevar a taxa de juros para 1,32% ao mês.*



- 13) A Perícia conhece algum negócio concreto, espontâneo, em que foi aplicado o método de Gauss e que não tenha sido efetuado por entes públicos ou por imposição judicial? Pede-se comprovar perante este D. Juízo.

**RESPOSTA:** *Não.*

- 14) Demonstre a Perícia Judicial a aceitação dessa metodologia alternativa por entidades e instituições reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.

**RESPOSTA:** *O método de Gauss não é uma metodologia amplamente utilizada.*

- 15) Pede-se traçar comparativo mês a mês da taxa mensal aplicada pelo Banco e aquela eventualmente calculada pelo método de Gauss. Para tanto, a taxa mensal deve ser obtida pelo valor dos juros mensais remuneratórios em relação ao respectivo saldo do capital (saldo devedor do contrato) mensal. Justificar a discrepância.

**RESPOSTA:** *A comparação das taxas mensais aplicadas pelo Banco e a calculada pelo método de Gauss está presente no anexo 9. Essa diferença ocorre devido a inconsistência na fórmula de cálculo do método de Gauss, uma vez que a taxa de juros não incide sobre o saldo devedor.*

- 16) Considerando os termos pactuados, qual o saldo devido pela Requerente, com encargos moratórios, na data do Laudo Judicial?

**RESPOSTA:** *Aplicando os encargos de inadimplência a entre a prestação de número 15 e 29, ou seja, em 15 prestações, o saldo devedor das prestações em atraso seria de R\$13.918,93 (anexo 7).*

*O autor ainda tem prestações a vencer e poderá efetuar o pagamento mensal da prestação no valor de R\$793,23 a partir do próximo vencimento (06/04/2023).*

*Para quitar o contrato de imediato, além de pagar as prestações em atraso acrescidas dos encargos, deverá desembolsar o valor de R\$5.332,76 referente ao saldo devedor do contrato na 29ª prestação (linha 29 do anexo 4). Logo para quitar o contrato o autor deverá pagar R\$19.251,69.*



**ANEXO 3**  
**Taxa Média de Juros**

25471 - Taxa média mensal de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Aquisição de veículos

Data mês/AAAA	25471 % a.m.
jan/20	1,51
fev/20	1,49
mar/20	1,51
abr/20	1,56
mai/20	1,49
jun/20	1,46
jul/20	1,45
ago/20	1,45
set/20	1,43
out/20	1,45
nov/20	1,46
dez/20	1,47

Fonte: BCB-DSTAT



**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

**ANEXO 4**

**Tabela de Amortização do contrato**

Nº	Data	Dias	Prestação	Juros	Amortização	Saldo Devedor
0	06/10/2020					R\$ 23.825,00
1	06/11/2020	31	R\$ 793,23	R\$ 246,23	R\$ 547,00	R\$ 23.278,00
2	06/12/2020	30	R\$ 793,23	R\$ 232,78	R\$ 560,45	R\$ 22.717,56
3	06/01/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 234,79	R\$ 558,44	R\$ 22.159,11
4	06/02/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 229,02	R\$ 564,21	R\$ 21.594,90
5	06/03/2021	28	R\$ 793,23	R\$ 201,49	R\$ 591,74	R\$ 21.003,16
6	06/04/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 217,07	R\$ 576,16	R\$ 20.427,00
7	06/05/2021	30	R\$ 793,23	R\$ 204,27	R\$ 588,96	R\$ 19.838,04
8	06/06/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 205,03	R\$ 588,20	R\$ 19.249,84
9	06/07/2021	30	R\$ 793,23	R\$ 192,50	R\$ 600,73	R\$ 18.649,10
10	06/08/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 192,74	R\$ 600,49	R\$ 18.048,61
11	06/09/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 186,53	R\$ 606,70	R\$ 17.441,92
12	06/10/2021	30	R\$ 793,23	R\$ 174,42	R\$ 618,81	R\$ 16.823,11
13	06/11/2021	31	R\$ 793,23	R\$ 173,87	R\$ 619,36	R\$ 16.203,75
14	06/12/2021	30	R\$ 793,23	R\$ 162,04	R\$ 631,19	R\$ 15.572,56
15	06/01/2022	31	R\$ 793,23	R\$ 160,94	R\$ 632,29	R\$ 14.940,27
16	06/02/2022	31	R\$ 793,23	R\$ 154,41	R\$ 638,82	R\$ 14.301,45
17	06/03/2022	28	R\$ 793,23	R\$ 133,44	R\$ 659,79	R\$ 13.641,66
18	06/04/2022	31	R\$ 793,23	R\$ 140,99	R\$ 652,24	R\$ 12.989,41
19	06/05/2022	30	R\$ 793,23	R\$ 129,89	R\$ 663,34	R\$ 12.326,08
20	06/06/2022	31	R\$ 793,23	R\$ 127,39	R\$ 665,84	R\$ 11.660,24
21	06/07/2022	30	R\$ 793,23	R\$ 116,60	R\$ 676,63	R\$ 10.983,61
22	06/08/2022	31	R\$ 793,23	R\$ 113,52	R\$ 679,71	R\$ 10.303,90
23	06/09/2022	31	R\$ 793,23	R\$ 106,49	R\$ 686,74	R\$ 9.617,16
24	06/10/2022	30	R\$ 793,23	R\$ 96,17	R\$ 697,06	R\$ 8.920,10
25	06/11/2022	31	R\$ 793,23	R\$ 92,19	R\$ 701,04	R\$ 8.219,06
26	06/12/2022	30	R\$ 793,23	R\$ 82,19	R\$ 711,04	R\$ 7.508,02
27	06/01/2023	31	R\$ 793,23	R\$ 77,60	R\$ 715,63	R\$ 6.792,39
28	06/02/2023	31	R\$ 793,23	R\$ 70,20	R\$ 723,03	R\$ 6.069,36
29	06/03/2023	28	R\$ 793,23	R\$ 56,63	R\$ 736,60	R\$ 5.332,76
30	06/04/2023	31	R\$ 793,23	R\$ 55,11	R\$ 738,12	R\$ 4.594,64
31	06/05/2023	30	R\$ 793,23	R\$ 45,95	R\$ 747,28	R\$ 3.847,36
32	06/06/2023	31	R\$ 793,23	R\$ 39,76	R\$ 753,47	R\$ 3.093,89
33	06/07/2023	30	R\$ 793,23	R\$ 30,94	R\$ 762,29	R\$ 2.331,60
34	06/08/2023	31	R\$ 793,23	R\$ 24,10	R\$ 769,13	R\$ 1.562,47
35	06/09/2023	31	R\$ 793,23	R\$ 16,15	R\$ 777,08	R\$ 785,39
36	06/10/2023	30	R\$ 793,24	R\$ 7,85	R\$ 785,39	R\$ 0,00

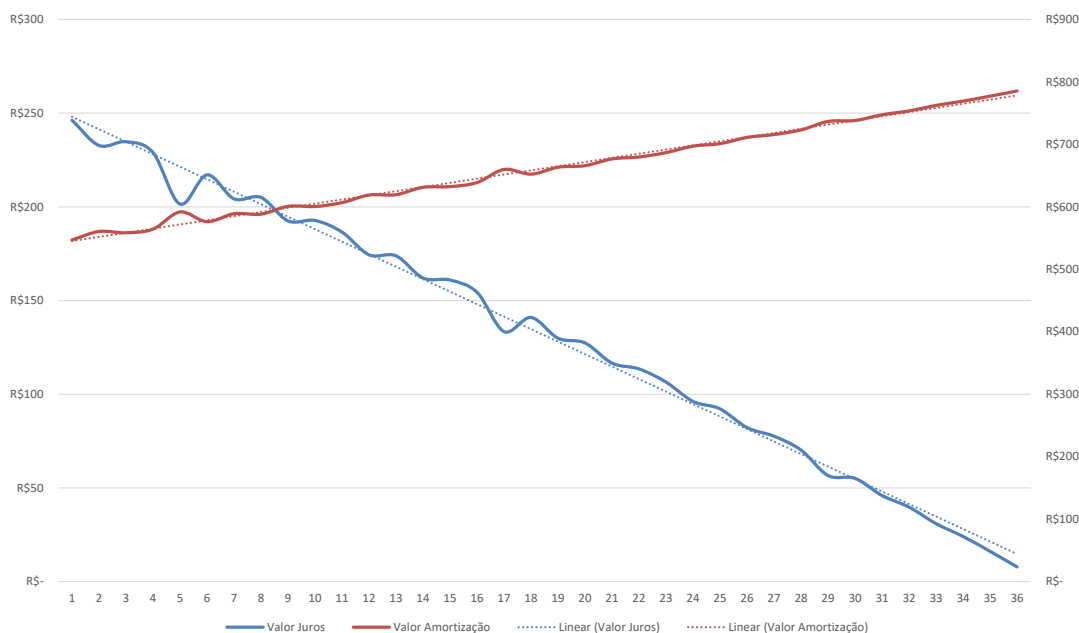


**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

**ANEXO 5**

**Evolução do valor dos juros e da amortização**

Valor dos Juros decrescente x Amortização crescente

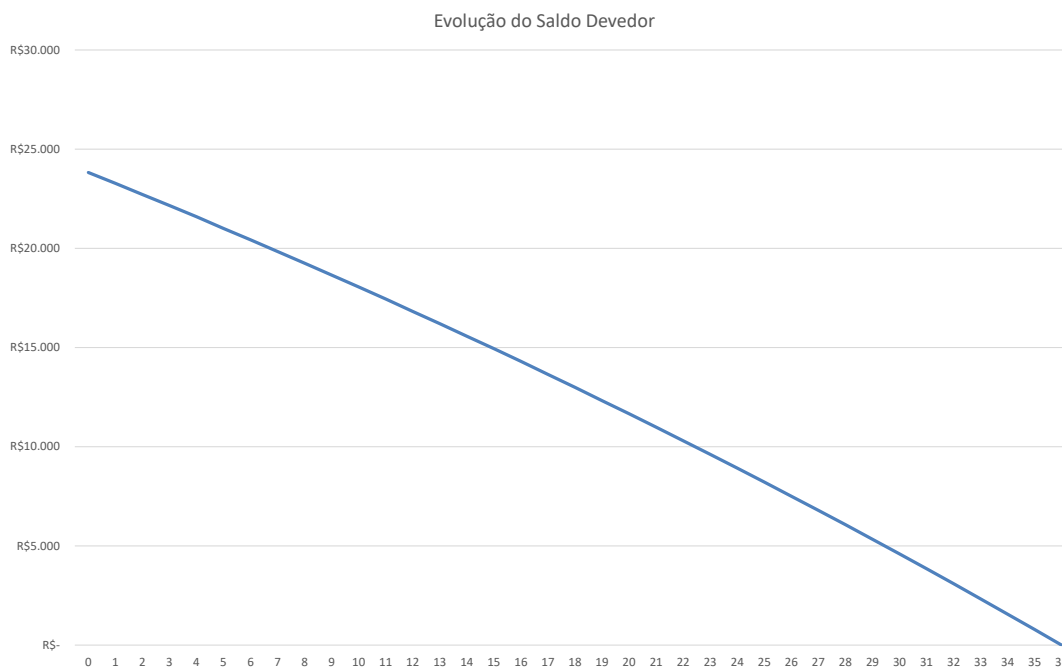


Cel: (21)991937044  
ftsguimaraes@uol.com.br

17



**ANEXO 6**  
**Evolução do saldo devedor**





**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

**ANEXO 7**  
**Encargos de inadimplência até o dia 20/03/2023**

Nº	Data	Dias de atraso	Prestação	Juros Remuneratórios (1,00% a.m)	Juros Moratórios 8,1% a.m.	Multa	Prestação + Encargos
15	06/01/2022	438	R\$ 793,23	R\$ 115,26	R\$ 115,26	R\$ 15,86	R\$ 1.039,61
16	06/02/2022	407	R\$ 793,23	R\$ 107,10	R\$ 107,10	R\$ 15,86	R\$ 1.023,29
17	06/03/2022	379	R\$ 793,23	R\$ 99,73	R\$ 99,73	R\$ 15,86	R\$ 1.008,55
18	06/04/2022	348	R\$ 793,23	R\$ 91,57	R\$ 91,57	R\$ 15,86	R\$ 992,24
19	06/05/2022	318	R\$ 793,23	R\$ 83,68	R\$ 83,68	R\$ 15,86	R\$ 976,45
20	06/06/2022	287	R\$ 793,23	R\$ 75,52	R\$ 75,52	R\$ 15,86	R\$ 960,14
21	06/07/2022	257	R\$ 793,23	R\$ 67,63	R\$ 67,63	R\$ 15,86	R\$ 944,35
22	06/08/2022	226	R\$ 793,23	R\$ 59,47	R\$ 59,47	R\$ 15,86	R\$ 928,03
23	06/09/2022	195	R\$ 793,23	R\$ 51,31	R\$ 51,31	R\$ 15,86	R\$ 911,72
24	06/10/2022	165	R\$ 793,23	R\$ 43,42	R\$ 43,42	R\$ 15,86	R\$ 895,93
25	06/11/2022	134	R\$ 793,23	R\$ 35,26	R\$ 35,26	R\$ 15,86	R\$ 879,62
26	06/12/2022	104	R\$ 793,23	R\$ 27,37	R\$ 27,37	R\$ 15,86	R\$ 863,83
27	06/01/2023	73	R\$ 793,23	R\$ 19,21	R\$ 19,21	R\$ 15,86	R\$ 847,51
28	06/02/2023	42	R\$ 793,23	R\$ 11,05	R\$ 11,05	R\$ 15,86	R\$ 831,20
29	06/03/2023	14	R\$ 793,23	R\$ 3,68	R\$ 3,68	R\$ 15,86	R\$ 816,46
<b>Total</b>			<b>R\$ 11.898,45</b>	<b>R\$ 891,26</b>	<b>R\$ 891,26</b>	<b>R\$ 237,97</b>	<b>R\$ 13.918,93</b>



**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

**ANEXO 8**

**Tabela de Amortização utilizando o método de Gauss**

Nº	Prestação		Juros		Amortização		Saldo Devedor	
0							R\$	23.825,00
1	R\$	766,01	R\$	202,77	R\$	563,24	R\$	23.261,76
2	R\$	766,01	R\$	197,13	R\$	568,87	R\$	22.692,89
3	R\$	766,01	R\$	191,50	R\$	574,50	R\$	22.118,39
4	R\$	766,01	R\$	185,87	R\$	580,14	R\$	21.538,25
5	R\$	766,01	R\$	180,24	R\$	585,77	R\$	20.952,48
6	R\$	766,01	R\$	174,60	R\$	591,40	R\$	20.361,08
7	R\$	766,01	R\$	168,97	R\$	597,03	R\$	19.764,05
8	R\$	766,01	R\$	163,34	R\$	602,67	R\$	19.161,39
9	R\$	766,01	R\$	157,71	R\$	608,30	R\$	18.553,09
10	R\$	766,01	R\$	152,08	R\$	613,93	R\$	17.939,16
11	R\$	766,01	R\$	146,44	R\$	619,56	R\$	17.319,60
12	R\$	766,01	R\$	140,81	R\$	625,19	R\$	16.694,40
13	R\$	766,01	R\$	135,18	R\$	630,83	R\$	16.063,57
14	R\$	766,01	R\$	129,55	R\$	636,46	R\$	15.427,11
15	R\$	766,01	R\$	123,91	R\$	642,09	R\$	14.785,02
16	R\$	766,01	R\$	118,28	R\$	647,72	R\$	14.137,30
17	R\$	766,01	R\$	112,65	R\$	653,36	R\$	13.483,94
18	R\$	766,01	R\$	107,02	R\$	658,99	R\$	12.824,95
19	R\$	766,01	R\$	101,38	R\$	664,62	R\$	12.160,33
20	R\$	766,01	R\$	95,75	R\$	670,25	R\$	11.490,07
21	R\$	766,01	R\$	90,12	R\$	675,89	R\$	10.814,19
22	R\$	766,01	R\$	84,49	R\$	681,52	R\$	10.132,67
23	R\$	766,01	R\$	78,85	R\$	687,15	R\$	9.445,52
24	R\$	766,01	R\$	73,22	R\$	692,78	R\$	8.752,73
25	R\$	766,01	R\$	67,59	R\$	698,42	R\$	8.054,32
26	R\$	766,01	R\$	61,96	R\$	704,05	R\$	7.350,27
27	R\$	766,01	R\$	56,32	R\$	709,68	R\$	6.640,59
28	R\$	766,01	R\$	50,69	R\$	715,31	R\$	5.925,27
29	R\$	766,01	R\$	45,06	R\$	720,95	R\$	5.204,33
30	R\$	766,01	R\$	39,43	R\$	726,58	R\$	4.477,75
31	R\$	766,01	R\$	33,79	R\$	732,21	R\$	3.745,54
32	R\$	766,01	R\$	28,16	R\$	737,84	R\$	3.007,70
33	R\$	766,01	R\$	22,53	R\$	743,48	R\$	2.264,22
34	R\$	766,01	R\$	16,90	R\$	749,11	R\$	1.515,11
35	R\$	766,01	R\$	11,26	R\$	754,74	R\$	760,37
36	R\$	766,01	R\$	5,63	R\$	760,37	R\$	0,00



**Flávio Tiago Seixas Guimarães – Economista**

**ANEXO 9**

**Comparação da taxa de juros na tabela Price e no método de Gauss**

Nº	Data	Tx Juros Price	Tx Juros Gauss
1	06/11/2020	1,03%	0,85%
2	06/12/2020	1,00%	0,85%
3	06/01/2021	1,03%	0,84%
4	06/02/2021	1,03%	0,84%
5	06/03/2021	0,93%	0,84%
6	06/04/2021	1,03%	0,83%
7	06/05/2021	1,00%	0,83%
8	06/06/2021	1,03%	0,83%
9	06/07/2021	1,00%	0,82%
10	06/08/2021	1,03%	0,82%
11	06/09/2021	1,03%	0,82%
12	06/10/2021	1,00%	0,81%
13	06/11/2021	1,03%	0,81%
14	06/12/2021	1,00%	0,81%
15	06/01/2022	1,03%	0,80%
16	06/02/2022	1,03%	0,80%
17	06/03/2022	0,93%	0,80%
18	06/04/2022	1,03%	0,79%
19	06/05/2022	1,00%	0,79%
20	06/06/2022	1,03%	0,79%
21	06/07/2022	1,00%	0,78%
22	06/08/2022	1,03%	0,78%
23	06/09/2022	1,03%	0,78%
24	06/10/2022	1,00%	0,78%
25	06/11/2022	1,03%	0,77%
26	06/12/2022	1,00%	0,77%
27	06/01/2023	1,03%	0,77%
28	06/02/2023	1,03%	0,76%
29	06/03/2023	0,93%	0,76%
30	06/04/2023	1,03%	0,76%
31	06/05/2023	1,00%	0,75%
32	06/06/2023	1,03%	0,75%
33	06/07/2023	1,00%	0,75%
34	06/08/2023	1,03%	0,75%
35	06/09/2023	1,03%	0,74%
36	06/10/2023	1,00%	0,74%